

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.582 - MS (2018/0321786-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : WELLINGTON DE ASSIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por WELLINGTON DE ASSIS contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial.

Informam os autos que o agravante foi pronunciado e julgado pelo Tribunal do Júri, pela suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, inciso II do Código Penal, tendo sua conduta desclassificada para o delito descrito no artigo 121, § 3º do Estatuto Repressivo.

Inconformadas, defesa e acusação interpuseram recurso de apelação perante o Tribunal Estadual, o qual deu provimento à irresignação ministerial, a fim de anular o julgamento e determinar que o acusado seja submetido a novo Júri.

Contra a decisão foi apresentado o apelo nobre, com fulcro na alínea "a", do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas ns. 7 e 83/STJ.

No presente recurso, alega o agravante que os óbices indicados na decisão de admissibilidade não incidiriam na espécie.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento da insurgência.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o Recurso Especial interposto não merece seguimento.

Pretende a defesa o restabelecimento da sentença de primeira instância, a qual acatando a decisão do Tribunal do Júri, que considerou ter o acusado excedido culposamente em sua legítima defesa, desclassificou a conduta para homicídio culposo.

De início, cumpre salientar que o poder constituinte atribuiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar os acusados da prática de crimes dolosos contra a vida, nos termos do artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal, tratando-se de colegiado composto de juízes leigos, escolhidos dentre integrantes da sociedade civil para julgar o seu semelhante supostamente responsável por ofender valioso bem jurídico, senão o mais, a vida.

E, justamente por se tratar de órgão jurisdicional composto por juízes leigos, desprovidos de aprofundados conhecimentos acerca do conjunto de leis existentes no ordenamento jurídico pátrio, é que a Carta Magna atribui soberania aos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, garantindo que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença somente por outro possa ser modificada, impedindo que a sua competência

constitucionalmente atribuída seja invadida por eventuais reformas feitas por órgãos do Poder Judiciário.

É aí que se verifica a peculiaridade no sistema recursal previsto para os processos de competência do Tribunal do Júri. Em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, o legislador ordinário não teve alternativa outra senão restringir o âmbito de recorribilidade das decisões tomadas pela Corte Popular, permitindo o exercício do duplo grau de jurisdição apenas nas hipóteses previstas nas alíneas do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal, ou seja, quando: "a) *ocorrer nulidade posterior à pronúncia*; b) *for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados*; c) *houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança*; d) *for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos*".

Note-se que em nenhuma das hipóteses o legislador ordinário permitiu ao órgão recursal a modificação do juízo valorativo feito pelo Conselho de Sentença acerca do mérito dos fatos submetidos a julgamento, circunstância que denuncia que o recurso interposto contra as decisões do Tribunal do Júri não é dotado de amplitude cognitiva. A única hipótese na qual se constata uma certa ingerência do Tribunal de apelação sobre o julgamento realizado pelos juízes leigos é quando a insurgência é baseada na alegação de que a decisão destes seria manifestamente contrária à prova dos autos, conforme permissivo contido na alínea "d" do aludido dispositivo legal.

Mesmo nessa hipótese, verifica-se a preservação da soberania dos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, já que a única providência passível de ser adotada pelo Tribunal de apelação, caso constatada ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova produzida nos autos, é a anulação do primeiro julgamento, determinando que a outro seja o acusado submetido (artigo 593, § 3º, CPP), formando-se, para tanto, um novo Conselho de Sentença.

Conclui-se, portanto, que nessa hipótese de insurgência, ao órgão recursal se permite, apenas, a realização de um juízo de constatação acerca da existência de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo. Caso contrário, deve ser preservado o juízo feito pelos jurados no exercício da sua função constitucional, dotado de soberania.

Com base nestas considerações, verifica-se que a Corte de origem, ao analisar a insurgência ministerial, decidiu pela anulação do julgamento do Tribunal Popular sob os seguintes fundamentos, *litteris*:

*"Antes de adentrar ao mérito, primeiramente necessário se faz algumas ponderações.*

*No homicídio doloso a vontade do agente é dirigida no sentido de produzir o resultado morte ou assumir o risco para tal fim. No homicídio culposo não há intenção e o crime ocorre da inobservância de um dever de cuidado. Nesse ínterim, não se pode confundir homicídio culposo com excesso culposo, pois este último se trata de estado de defesa em que se encontra o agente, o qual ultrapassa os limites de sua legitimidade ou de sua necessidade. No crime culposo o agente não quer o resultado e nem assume o risco de produzi-lo (resultado deriva de*

*imperícia, negligência ou imprudência), ao contrário do excesso culposo, que é o ato de vontade.*

*Ante as provas produzidas entendo que há nulidade no julgamento, pois a decisão manifestamente contrariou às provas produzidas no processo. Explico.*

*O excesso culposo diz respeito às excludentes de ilicitude, sendo parte integrante destas, eis que previsto no parágrafo único do art. 23, do Código Penal. No caso em questão, o excesso culposo deveria funcionar apenas como causa de diminuição de pena, já que o Conselho de sentença refutou a tese de legítima defesa, conforme se observa do 3º quesito (f. 490).*

*A contradição do veredicto decorreu da interpretação dada ao instituto do "excesso culposo", uma vez que os jurados não o compreenderam como causa de diminuição de pena, mas como modalidade de crime culposo (art. 20, do CP) e dessa forma a Juíza-Presidente prolatou sentença nesse sentido.*

*Porém, o excesso culposo, já que não acolhida legítima defesa, como já afirmado, deveria apenas ter provocado mudança da pena (art. 20, 1º, CP), mas não da modalidade de crime.*

*Aliás, "única explicação plausível para o chamado "excesso culposo" é o de que se trata de uma ação dolosa, mas que, aplicando-se a regra da segunda parte do §1º do artigo 20, a lei lhe impõe a pena do delito culposo. Em face da definição de dolo do artigo 18, não se pode dizer jamais que, para a nossa lei, o chamado "excesso culposo" seja uma conduta culposa, e sim que o "culposo", no máximo, seria o excesso, mas nunca a ação que causa o resultado, posto que, a se admitir o seu caráter culposo, se estaria incorrendo numa flagrante contradição intra legem" (grifei - ZAFFARONI, Eugênio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral - Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002, p. 597).*

*Por isso, a decisão do Conselho de Sentença encontra-se manifestamente contrária ao suporte probatório produzido, tendo em vista que as provas não demonstram culpa no homicídio, pois o réu admitiu ter desferido golpes de faca na vítima após discussão entre eles e as testemunhas afirmam que a vítima foi perseguida e alvejada por Wellington.*

*O laudo pericial confirma que a vítima possuía duas feridas incisas, uma de 1,00 cm e a outra de 3,00 na região ilíaca e no tórax uma ferida incisa medindo 3,00 cm na região escapular e que a morte ocorreu em razão de "choque hemorrágico - ferida incisa pulmonar",*

*produzida por agente perfuro incisivo (arma branca)- f. 81-84. Não há notícias nos autos de que o réu tenha sofrido qualquer lesão.*

*Na hipótese, o reconhecimento de excesso culposo utilizado para desclassificação da conduta, após os Jurados não terem admitido a tese de legítima defesa, é manifestamente contrário à prova dos autos, notadamente diante das conclusões advindas do interrogatório do réu, do do laudo de necroscópico e oitiva testemunhal.*

*Portanto, não se extrai da prova qualquer indicativo que permitisse cogitar excesso culposo em legítima defesa.*

*Desta forma, não há como se admitir homicídio culposo no caso telado, pois o art. 18 do Código Penal dispõe que o crime é culposo "quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia", que não é o que se afigura nos autos. Ressalte-se que nem a versão apresentada pelo próprio réu foi neste sentido.*

*Por conseguinte, a versão que sustenta o veredicto não encontra respaldo em nenhuma vertente de prova, sequer na narrativa do acusado, implicando em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, devendo ser o réu submetido a novo julgamento." (e-STJ fls. 596/598)*

Conforme se depreende do trecho acima transcrito, o Colegiado *a quo*, após aprofundada reanálise dos elementos constantes dos autos, concluiu, de modo fundamentado, que a versão acolhida pelo Tribunal do Júri, no sentido do acusado ter se excedido de forma culposa em sua legítima defesa, o que levou à desclassificação do crime, não está amparada no acervo probatório colhido durante a instrução processual, *"tendo em vista que as provas não demonstram culpa no homicídio, pois o réu admitiu ter desferido golpes de faca na vítima após discussão entre eles e as testemunhas afirmam que a vítima foi perseguida e alvejada por Wellington"* (e-STJ fl. 597).

Desse modo, verifica-se que a decisão do Tribunal Estadual está de acordo com a jurisprudência deste Sodalício, no sentido de que *"a determinação pelo Tribunal de Justiça em acórdão fundamentado proferido em apelação interposta pela acusação, para que o Tribunal do Júri realize novo julgamento em razão da decisão anterior ter sido contrária à prova dos autos não constitui violação da soberania dos veredictos"* (AgRg no HC 415382/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018).

A corroborar:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. JÚRI. JULGAMENTO INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 593 DO CPP. VIA IMPRÓPRIA. MATÉRIA NÃO DECIDIDA NA ORIGEM. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO. ACÓRDÃO QUE DETERMINA NOVO JULGAMENTO. AFERIÇÃO. REEXAME DE PROVAS.**

*1. Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 593 do Código de Processo Penal que permite apelação quando há julgamento pelo júri contrário à prova dos autos, além de ser intento não condizente com a via eleita, não foi o tema decidido na origem,*

*no caso concreto, não merecendo, por isso mesmo, conhecimento. 2. Concluindo o Tribunal que a prova produzida sob o crivo do contraditório não tem como dar supedâneo à absolvição proclamada pelo Júri (legítima defesa), não há falar em nulidade do acórdão pela submissão do paciente a novo julgamento popular.*

*3. Aferição, ademais, cujo aprofundamento demanda revolvimento fático não condizente com âmbito mandamental e restrito do habeas corpus.*

*4. Impetração conhecida em parte e, nesta extensão, denegada a ordem.*

*(HC 399566/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 13/03/2018)*

Ademais, não há como este Sodalício avaliar se as provas constantes dos autos são aptas ou não a desconstituir a decisão dos jurados, porquanto a verificação dos elementos de convicção reunidos no curso do feito implicaria em aprofundado revolvimento de matéria fático-probatória, providência que é vedada a este Superior Tribunal de Justiça na via eleita, conforme disposição do Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido, vejam-se:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ABSOLVIÇÃO. CONTRADIÇÃO NAS RESPOSTAS AOS QUESITOS. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO DISPOSTO NO ART. 483, III, do CPP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Configura usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal a análise de eventual existência de ofensa a princípios ou dispositivos constitucionais, não sendo cabível a esta Corte se pronunciar acerca de sua eventual violação.*

*2. O Tribunal de origem entendeu que houve contradição nas respostas aos quesitos formulados ao Conselho de Sentença, motivo pelo qual determinou a nulidade absoluta do julgado que absolvera o ora Agravante, determinando sua submissão a novo julgamento perante o Júri.*

*3. A conclusão do TJSP, soberano no exame dos fatos, é de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, motivo pelo qual a modificação de tal entendimento, como pleiteado pela Defesa, demandaria necessariamente o revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada pela Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no REsp 1710045/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. DECLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE DOLO. NOVO*

*JULGAMENTO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. ACÓRDÃO QUE ESTÁ EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Não merece provimento o recurso especial interposto com vistas à cassação de acórdão que anulou sentença absolutória, proferida por Conselho de Sentença, e determinou a submissão do recorrente a novo Júri popular, apenas porque a Corte de origem, ao analisar o apelo interposto pela acusação, entendeu que a tese de homicídio culposo não estava amparada nas provas carreadas aos autos, se no caderno processual, de fato, existiriam provas seguras de ter o réu agido com dolo.*

*2. Afigura-se condizente com as garantias constitucionais a cassação das decisões proferidas pelo Conselho de Sentença que não sejam coerentes com as provas carreadas aos autos.*

*3. Não bastasse o acórdão recorrido estar em harmonia com a jurisprudência desta Corte de Justiça, para acolhimento do pleito defensivo seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ.*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgInt no AREsp 858776/PA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 23/02/2017)*

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o Recurso Especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator